

O Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017) E As Suas Implicações Para O Processo Educativo

Adriana Albuquerque Do Nascimento Sousa
Ifpa - Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Pará

Frank Oliveira Cavalcante
Uniplan - Centro Universitário Planalto Do Distrito Federal

Carlos Henrique Gomes Da Silva
Universidad Del Sol - Unades

Jean Pereira Leite
Veni Creator Christian University

Rosir Batista Da Silva
Universidade Federal De Goiás

Christian Ricardo Silva Passos Hristian Ricardo Silva Passos
Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Da Bahia Ifba - Campus Ilhéus

Aline Ferraz
Unaerp - Universidade De Ribeirão Preto

Marcos Vinicius Lisboa Cachucho
Unaerp - Universidade De Ribeirão Preto

Camila Eloisi Silva Lima
World Ecumenical

Resumo:

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as implicações do Novo Ensino Médio sobre o processo educativo no Brasil. Adotou-se uma abordagem de pesquisa bibliográfica para buscar e analisar informações em fontes como livros, artigos científicos e relatórios técnicos. Os resultados destacam que a flexibilização curricular, os itinerários formativos e a ênfase em habilidades socioemocionais representam avanços significativos. No entanto, a formação dos professores, a adequação das escolas e a garantia de acesso igualitário são desafios críticos que comprometem a efetividade da reforma. Evidencia-se que, apesar das mudanças positivas, há preocupações sobre a fragmentação do conhecimento, instrumentalização da educação para o mercado de trabalho e pressão por resultados. Em conclusão, embora o Novo Ensino Médio represente um avanço, sua implementação requer atenção urgente para superar os obstáculos e garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: *Novo ensino médio; Lei 13.415/2017; Educação.*

Date of Submission: 19-06-2024

Date of Acceptance: 29-06-2024

I. Introdução

A Lei 13.415/2017, conhecida como a Lei do Novo Ensino Médio, representa uma reforma significativa no sistema educacional brasileiro. Esta legislação foi promulgada com o objetivo de modernizar e adequar o currículo do ensino médio às demandas contemporâneas da sociedade, considerando aspectos como a

globalização, as mudanças tecnológicas e as necessidades do mercado de trabalho. Com a implementação dessa lei, houve uma ampliação da carga horária mínima do ensino médio para garantir uma formação mais abrangente aos estudantes (Souza; Garcia, 2020).

Uma das mudanças mais marcantes trazidas pelo novo ensino médio é a introdução dos chamados "itinerários formativos". Esses itinerários oferecem aos estudantes a oportunidade de escolher áreas de conhecimento específicas, alinhadas com seus interesses, aptidões e planos futuros. Com isso, busca-se proporcionar uma educação mais personalizada e adequada às necessidades individuais de cada aluno, contribuindo para seu desenvolvimento integral e para uma maior preparação para a vida adulta (Silva; Boutin, 2018)

Além disso, a Lei do Novo Ensino Médio estabelece a obrigatoriedade do ensino de pelo menos uma língua estrangeira e a oferta de disciplinas como filosofia e sociologia. Essas medidas visam enriquecer o currículo escolar, promovendo uma formação mais ampla e crítica para os estudantes. Ao incluir disciplinas que estimulam o pensamento reflexivo e a compreensão da sociedade, pretende-se formar cidadãos mais conscientes e participativos, capazes de atuar de forma mais eficaz na sociedade (Peroni; Caetano; Arelaro, 2019).

No entanto, a implementação do Novo Ensino Médio não tem sido isenta de desafios. Muitas escolas enfrentam dificuldades na adequação dos currículos e na oferta dos itinerários formativos, devido à falta de infraestrutura, recursos e formação adequada dos professores. Além disso, a transição para um modelo mais flexível e personalizado de ensino requer uma mudança cultural e estrutural nas instituições educacionais, o que nem sempre acontece de forma rápida ou eficaz. Outra questão a ser considerada são as desigualdades socioeconômicas e regionais, que podem influenciar o acesso dos estudantes aos diferentes itinerários formativos e disciplinas oferecidas. Garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade é fundamental para a eficácia e legitimidade da reforma do ensino médio (Piffero et al., 2020).

Frente ao exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar as implicações do novo ensino médio (Lei 13.415/2017) sobre o processo educativo no Brasil.

II. Materiais E Métodos

Para realizar esta pesquisa, foi adotada uma abordagem de pesquisa bibliográfica. Esse método envolve a busca e análise de informações disponíveis em diversos tipos de fontes, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e relatórios técnicos, com o objetivo de compreender e analisar um determinado tema. A escolha por esse tipo de pesquisa se deu pela necessidade de explorar e sintetizar o conhecimento existente sobre as implicações do Novo Ensino Médio para o processo educativo, utilizando como base as contribuições da literatura acadêmica e especializada.

Para coletar os dados necessários, foram realizados levantamentos de busca em plataformas acadêmicas amplamente reconhecidas, como Scopus, Scielo e Google Acadêmico, além de repositórios brasileiros de pesquisa, como o Portal de Periódicos da Capes e o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Essas plataformas oferecem acesso a uma vasta gama de publicações científicas nas áreas de educação, permitindo uma busca abrangente e atualizada sobre o tema em questão.

Durante o processo de busca, foram utilizadas palavras-chave relacionadas ao Novo Ensino Médio, como "Lei 13.415/2017", "reforma do ensino médio", "itinerários formativos", entre outras, combinadas com termos que descrevem as implicações para o processo educativo, como "impacto", "efeito", "consequência", entre outros. Essa abordagem de busca permitiu identificar estudos relevantes que abordam diferentes aspectos e perspectivas sobre o tema, contribuindo para uma análise abrangente e contextualizada das implicações do Novo Ensino Médio para a educação no Brasil.

Após a seleção dos materiais relevantes, foram realizadas leituras flutuantes para identificar informações e insights relevantes para a pesquisa. Em seguida, os materiais foram submetidos a uma análise crítica, que envolveu a identificação e interpretação de padrões, tendências e lacunas na literatura, bem como a discussão de pontos de convergência e divergência entre os diferentes estudos selecionados. Essa análise proporcionou uma compreensão mais aprofundada das implicações do Novo Ensino Médio para o processo educativo no Brasil, permitindo a elaboração de conclusões fundamentadas e recomendações para futuras pesquisas e práticas educacionais.

III. Resultados E Discussões

O novo ensino médio no Brasil surge como uma resposta às demandas por uma educação mais alinhada com as necessidades do século XXI. Esse modelo foi proposto pela Reforma do Ensino Médio, sancionada em 2017, que busca uma maior flexibilização curricular e uma maior integração entre teoria e prática (Rocha; Muniz; Christóforo, 2022).

A flexibilização curricular é uma das mudanças fundamentais trazidas pelo novo ensino médio no Brasil. Anteriormente, o currículo era estruturado de forma rígida, com uma lista fixa de disciplinas que todos os alunos deveriam cursar. No entanto, com a implementação da Lei do Novo Ensino Médio, os estudantes ganharam mais

autonomia e liberdade para escolher parte das disciplinas que desejam cursar, de acordo com seus interesses, aptidões e planos futuros (Piffero et al., 2020).

Essa flexibilização permite uma formação mais personalizada, na qual os alunos têm a oportunidade de construir seu próprio percurso educacional. Eles podem selecionar disciplinas eletivas que estejam alinhadas com seus interesses específicos, seja nas áreas de ciências, humanidades, artes ou outras. Essas disciplinas eletivas podem abordar temas mais especializados ou contemporâneos que não estão presentes no currículo básico (Piffero et al., 2020).

Além das disciplinas eletivas, a flexibilização curricular também abre espaço para a realização de projetos interdisciplinares. Esses projetos envolvem a integração de conhecimentos de diferentes áreas, proporcionando uma abordagem mais holística e contextualizada do aprendizado. Assim, um projeto sobre sustentabilidade pode envolver conceitos de biologia, química, geografia e economia, permitindo que os alunos compreendam a complexidade dos desafios ambientais sob diferentes perspectivas (Peroni; Caetano; Arelaro, 2019).

Outra possibilidade oferecida pela flexibilização curricular é a oportunidade de cursar disciplinas em instituições parceiras, como universidades e empresas. Isso significa que os alunos podem complementar sua formação acadêmica com experiências práticas e vivências profissionais, enriquecendo ainda mais seu aprendizado. Por exemplo, um estudante interessado em engenharia pode ter a chance de fazer um curso técnico em uma empresa do setor, adquirindo conhecimentos práticos e ampliando sua rede de contatos profissionais (Peroni; Caetano; Arelaro, 2019).

Outra novidade é a implementação das áreas de conhecimento, que substituem as tradicionais disciplinas isoladas. As áreas são: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa organização permite uma abordagem mais integrada do conhecimento, facilitando a compreensão das interações entre as diferentes áreas do saber (Rocha; Muniz; Christófar, 2022).

Além disso, o novo ensino médio prevê uma maior ênfase em habilidades socioemocionais e competências para a vida, como colaboração, criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas. Isso é feito através da inserção de projetos pedagógicos que estimulem o protagonismo dos alunos e os preparem para os desafios do mundo contemporâneo (Silva; Boutin, 2018)

O novo ensino médio no Brasil reconhece a importância não apenas do conhecimento acadêmico, mas também do desenvolvimento de habilidades socioemocionais e competências para a vida. Essas habilidades são fundamentais para preparar os alunos não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e se tornarem cidadãos ativos e participativos na sociedade (Souza; Garcia, 2020).

Uma das competências enfatizadas é a colaboração. Os alunos são incentivados a trabalhar em equipe, aprender a ouvir e respeitar diferentes pontos de vista, e a contribuir de forma construtiva para projetos coletivos. Isso promove o desenvolvimento de habilidades de comunicação, trabalho em equipe e empatia, essenciais para o convívio social e para a resolução de problemas complexos (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020).

A criatividade também é uma competência valorizada no novo ensino médio. Os alunos são encorajados a pensar de forma inovadora, a buscar soluções originais para os problemas e a expressar suas ideias de maneira criativa. Isso envolve não apenas as artes e as áreas criativas, mas também a capacidade de pensar fora da caixa em diversas situações e contextos (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020)

O pensamento crítico é outra competência essencial que recebe destaque. Os alunos são incentivados a analisar criticamente as informações, a questionar preconceitos e suposições, e a avaliar criticamente argumentos e evidências. Isso os capacita a tomar decisões informadas, a resolver problemas complexos e a participar de debates fundamentados sobre questões relevantes para a sociedade (Branco et al., 2018).

Por fim, a resolução de problemas é uma competência chave para o sucesso no mundo contemporâneo. Os alunos são desafiados a identificar problemas, a analisar suas causas e consequências, e a buscar soluções eficazes e sustentáveis. Isso envolve habilidades como a tomada de decisão, a gestão de recursos, a adaptação a mudanças e a capacidade de aprender com os erros e fracassos (Branco; Zanatta, 2021).

Outro ponto importante é a ampliação da carga horária, que passa de 800 para 1.000 horas anuais. Isso permite uma maior oferta de atividades extracurriculares, como esportes, artes, cultura e lazer, contribuindo para uma formação mais integral dos estudantes (Silva, 2018).

No entanto, apesar das mudanças positivas, o novo ensino médio enfrenta desafios como a formação de professores para lidar com essa nova estrutura curricular, a adequação das escolas e a garantia de acesso igualitário a todas as oportunidades oferecidas (Silva, 2018).

A formação dos professores para lidar com essa nova estrutura curricular é um desafio crucial. Os educadores precisam ser capacitados não apenas para ministrar as disciplinas de forma tradicional, mas também para orientar os alunos na escolha das áreas de conhecimento, desenvolver projetos interdisciplinares e estimular as habilidades socioemocionais dos estudantes. Isso requer programas de formação continuada, atualização

curricular e apoio institucional para que os professores possam se adaptar efetivamente às novas demandas do ensino médio (Branco; Zanatta, 2021).

A adequação das escolas também é um ponto crítico. Muitas instituições enfrentam dificuldades estruturais e de recursos para implementar as mudanças propostas pelo novo ensino médio. Isso inclui desde a disponibilidade de espaços adequados para as atividades extracurriculares até a oferta de equipamentos e materiais necessários para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares. A infraestrutura das escolas precisa ser revista e ampliada para garantir que todas as oportunidades oferecidas pelo novo modelo sejam acessíveis a todos os alunos (Souza; Garcia, 2020).

Além disso, a garantia de acesso igualitário a todas as oportunidades oferecidas pelo novo ensino médio é um desafio complexo. É fundamental garantir que as escolas em regiões mais carentes tenham os mesmos recursos e condições que as escolas localizadas em áreas mais privilegiadas. Isso envolve políticas públicas eficazes de distribuição de recursos, investimentos em infraestrutura educacional e programas de inclusão social que reduzam as desigualdades de acesso e oportunidades entre os estudantes de diferentes contextos sociais e econômicos (Branco; Zanatta, 2021).

O novo ensino médio no Brasil, sob a égide da Lei 13.415/2017, suscita um debate crítico acerca de sua real intenção e eficácia. Embora seja apresentado como uma resposta às demandas do século XXI, há uma preocupação latente de que seu principal objetivo seja formar uma mão de obra dócil e subserviente, adaptada às necessidades do mercado de trabalho em detrimento do desenvolvimento humano integral (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020).

Uma das críticas mais contundentes é a ênfase excessiva nas chamadas "habilidades do século XXI", como colaboração, criatividade e pensamento crítico, sob a perspectiva exclusiva da empregabilidade. A inserção dessas competências no currículo é muitas vezes moldada pela lógica empresarial, visando a produção de indivíduos aptos a se encaixarem em determinados perfis profissionais, sem questionar as estruturas sociais e econômicas que os condicionam (Branco et al., 2018).

Além disso, a flexibilização curricular, apesar de ser apresentada como uma oportunidade de personalização da formação, pode resultar em uma fragmentação do conhecimento, privilegiando áreas técnicas em detrimento das humanidades e das ciências sociais. Isso pode levar a uma formação desequilibrada, incapaz de promover uma compreensão ampla e crítica da realidade, essencial para o exercício da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Branco et al., 2018).

Outro ponto de preocupação é a possível instrumentalização da educação em prol do mercado de trabalho, em detrimento da formação de sujeitos autônomos e críticos. A inserção de disciplinas voltadas especificamente para o mundo do trabalho, como empreendedorismo e educação financeira, pode reforçar uma visão utilitarista da educação, reduzindo-a a mera preparação para o mercado, em vez de um espaço de reflexão, debate e construção de conhecimento (Branco et al., 2018).

A pressão por resultados e a avaliação constante dos estudantes tendem a criar um ambiente escolar cada vez mais voltado para o cumprimento de metas e padrões, em detrimento da formação integral e do desenvolvimento das potencialidades individuais. Isso pode gerar um clima de competição exacerbada e ansiedade entre os alunos, comprometendo o ambiente de aprendizagem e o bem-estar emocional dos estudantes (Silva; Boutin, 2018)

IV. Conclusão

O novo ensino médio no Brasil, embora apresentado como uma resposta às demandas do século XXI, suscita um debate crítico sobre sua verdadeira intenção e eficácia. A flexibilização curricular, apesar de ser apregoada como uma oportunidade de personalização da formação, pode resultar em uma fragmentação do conhecimento, privilegiando áreas técnicas em detrimento das humanidades e das ciências sociais. Isso potencialmente cria uma formação desequilibrada, incapaz de promover uma compreensão ampla e crítica da realidade, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A inserção das chamadas "habilidades do século XXI" no currículo, como colaboração, criatividade e pensamento crítico, frequentemente é feita sob a perspectiva exclusiva da empregabilidade, moldada pela lógica empresarial. Essa abordagem pode produzir indivíduos condicionados a se encaixarem em perfis profissionais específicos, sem questionar as estruturas sociais e econômicas que os moldam, o que os torna mão de obra dócil e subserviente ao mercado de trabalho.

Além disso, a possível instrumentalização da educação em prol do mercado de trabalho, com disciplinas voltadas especificamente para o mundo do trabalho, pode reduzir a educação a uma mera preparação para o mercado, ignorando seu potencial como espaço de reflexão, debate e construção de conhecimento. A pressão por resultados e avaliação constante dos estudantes pode criar um ambiente escolar voltado para o cumprimento de metas, em detrimento do desenvolvimento integral e do bem-estar emocional dos alunos.

Diante dessas questões, é imprescindível questionar os rumos do novo ensino médio e buscar garantir que a educação não seja apenas um instrumento de adaptação ao mercado de trabalho, mas sim um espaço de formação crítica e emancipatória, capaz de promover o desenvolvimento humano e social em sua plenitude.

Referências

- [1]. Beltrão, J. A.; Taffarel, C. N. Z.; Teixeira, D. R. A Educação Física No Novo Ensino Médio: Implicações E Tendências Promovidas Pela Reforma E Pela Bncc. Revista Práxis Educacional, Vitória Da Conquista – Bahia – Brasil, V. 16, N. 43, P. 656-680, Edição Especial, 2020.
- [2]. Branco, E. P. Et Al. Uma Visão Crítica Sobre A Implantação Da Base Nacional Comum Curricular Em Consonância Com A Reforma Do Ensino Médio. Debates Em Educação, V. 10, N. 21, 2018.
- [3]. Branco, E.; Zanatta, S. Bncc E Reforma Do Ensino Médio: Implicações No Ensino De Ciências E Na Formação Do Professor. Revista Insignare Scientia - Ris, V. 4, N. 3, P. 58-77, 3 Mar. 2021.
- [4]. Peroni, V. M. V.; Caetano, M. R.; Arelaro, L. R. G. Bncc: Disputa Pela Qualidade Ou Submissão Da Educação. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, V. 35, N. 1, 2019.
- [5]. Piffero, E. L. F. Et Al. Metodologias Ativas E O Ensino De Biologia: Desafios E Possibilidades No Novo Ensino Médio. Revista Ensino & Pesquisa, V. 18, N. 2, 2020.
- [6]. Rocha, M.; Muniz, M. L.; Christófaró, G. C. Resistir E Existir: O Ensino-Aprendizagem De Arte Nos Projetos Integradores Do Novo Ensino Médio. Revista Cena, V. 22, N. 38, P. 01-09, 2022.
- [7]. Silva, K. C. J. R.; Boutin, A. C. Novo Ensino Médio E Educação Integral: Contextos, Conceitos E Polêmicas Sobre A Reforma. Educação, V. 43, N. 3, 521–534, 2018.
- [8]. Silva, M. R. A Bncc Da Reforma Do Ensino Médio: O Restante De Um Empoeirado Discurso. Educação Em Revista, Belo Horizonte, V. 34, 2018.
- [9]. Souza, R. A.; Garcia, L. N. S. Estudo Sobre A Lei 13.415/2017 E As Mudanças Para O Novo Ensino Médio. Jornal De Políticas Educacionais, V. 14, 2020.